

Artigo Selecionado

O Futuro dos Estados Unidos e a Teoria dos Três Mundos.

(In: Revista Eletrônica do TEMPO PRESENTE: ISSN 1981-3384. Ano 3, Nº11, Rio, 2008)

Francisco Carlos Teixeira da Silva()*

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde a eclosão da crise denominada de “especulação das hipotecas de subprime”, uma série de analistas apressaram-se a localizá-la no bojo da “decadência” dos Estados Unidos.¹ Os sinais – ou tendências, como querem alguns – seriam fáceis de detectar, somando-se elementos de natureza bastante diversa.

Entre os fatores centrais da pretendida decadência americana deveriam se destacar:

- i. A perda de dinamismo da demografia dita “WASP”;
- ii. O continuado déficit duplo do país (orçamentário/fiscal e comercial);
- iii. A perda continuada do valor do dólar, combinada ao desprestígio como moeda mundial de reserva;
- iv. A desindustrialização do país e sua perda de competitividade;
- v. A falência da política externa e de defesa, em especial no Iraque e Afeganistão; e
- vi. crise com os aliados tradicionais na Europa, Ásia e América Latina.

Outros fatores poderiam ser somados a esta lista, dependendo, é claro, de posições

políticas e orientações ideológicas dos analistas.² De qualquer forma, os elementos acima revelam uma mescla pouco coerente de tendências, conjunturas e eventos que não deveriam ser vistos de forma cumulativa. Ou mesmo, de per si, capazes de conter um significado claramente portador de futuro. Os dados verdadeiramente estruturais, tais como a mutação demográfica e a transformação do setor industrial americano não são, por si mesmos, tendências negativas. A demografia americana mostra-se altamente dinâmica, com elevadas taxas de crescimento, muito ao contrário de países em franca despovoação, como Japão, Alemanha e Rússia. O que ocorre, em verdade, é uma mutação do perfil demográfico norte-americano, com a substituição da maioria “WASP” – com a minoria negra ancilar – por um grande empuxo hispânico, proveniente de crescimento vegetativo elevado – Texas, Califórnia – ou por migração+crescimento, como Nova York, Flórida.

Devemos, contudo, destacar que a chegada dos “novos americanos” se dá sempre em busca do “sonho americano”, evidenciado o vigor do chamado soft power do país. Nada aponta – a não ser uma postura preconceituosa explícita ou implícita como em Samuel Huntington – que, por tornar-se lenta, e inexoravelmente, um país bilingüe e multicultural (com forte componente hispano-hablante e católico), a população americana seria menos “americana” ou mais atrasada. Devemos lembrar, por exemplo, que, só após a abertura da cidadania romana para as províncias externas à Itália – já sob o

(*) O autor é graduado e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); especializado e mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorado e pós-doutorado em História Social pela Universidade de Berlim. É professor titular de história moderna e contemporânea, coordenador de Programa de Estudos do Tempo Presente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) (Email: chicarlos@br.inter.net).

1 - O primeiro chamado de fôlego em torno da “decadência” americana foi feito em: TODD, Emmanuel. *Après l’empire*. Paris, Gallimard, 2002.

Para uma visão global da tese da decadência ver ROGOFF, Kenneth. *La estrella del dólar se apaga* In: *EL PAIS*, 04/05/2008, p. 21.

2 - Ver MÜNCHAU, Wolfgang. *Le dollar bientôt délaissé*. *FIANANCIAL TIMES* (edição francesa), Londres, 16/04/2008.

principado de Augusto (63 a.C. – 14 d. C.) – o Império Romano tornou-se verdadeiramente “universal”. Da mesma forma, alguns dos mais brilhantes imperadores de Roma eram hispanos ou ilíricos. A presença de políticos hispânicos na Administração Bush, bem como nos governos estaduais de ambos os partidos, nada modificou na política americana. E isso foi assim exatamente em razão do vigor do soft power, deste sonho americano, que atrai destemidos, aventureiros e sonhadores de todo o mundo, enriquecendo os Estados Unidos – e muitas vezes empobrecendo os países “drenados” (como a Índia, Rússia ou Canadá).

2- QUALADECADÊNCIA?

Quanto ao desempenho e estrutura do setor industrial americano, e sua conseqüente posição como centro de riqueza e poder econômico, também temos aqui observações fundamentais a serem feitas. De fato, os Estados Unidos passaram da situação de líder absoluto, inquestionável, do mundo industrial e desenvolvido, depois de 1945, para uma liderança atual relativa. Em 1947, os EUA detinham cerca de 45% de toda a riqueza mundial, sendo a maior base industrial do planeta, com grande vigor do seu setor secundário. Naquela ocasião, o dólar era a moeda internacional (função de reserva e de troca) incontestada e a maioria dos países do mundo devedores de Washington. Já em 2001, os EUA representavam 31% da riqueza global, chegando em 2006 a cerca de 28% da riqueza mundial. As tendências atuais apontam para uma posição em torno de 23 ou 25% do PIB mundial.

Ora, somente nas análises dos economistas e cientistas políticos, fascinados por modelagens e formulações quantitativas, podem-se ver neste processo de “reequilíbrio” mundial sinais de “decadência”. Para uma análise correta, deve-se operar aqui com o tempo histórico, em especial a chamada “longa duração”, abandonando o tempo presentificado – imóvel, sempre igual – de alguns economistas

e “políticos”. Os Estados Unidos eram, efetivamente, a metade da riqueza mundial, em 1945, quando o mundo (note bene!) estava destruído por seis anos intermitentes da mais brutal guerra havida na história. Na Ásia, a guerra, que começou antes, durou quase dez anos. A destruição do parque industrial e da capacidade financeira do Japão, da Alemanha e da Itália representou uma tremenda punção de riqueza mundial, com a destruição física de ativos e estruturas produtivas. Mas não era só isso: os grandes países industriais – da Primeira Revolução Industrial – como a Grã-Bretanha, França, Holanda e Bélgica estavam, também, em ruínas. Anos seguidos de bombardeios e de combates terrestres (nos países continentais) haviam, de fato, destruído a capacidade industrial destes países, impedido investimentos e endividado tais economias justamente com os EUA. Da mesma forma, a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tinha sido arrasada, e a China – em guerra desde 1936 – mergulhava numa brutal guerra civil que duraria até 1949³. Mesmo então, experimentos sociais, políticos e econômicos – tais como o chamado “Grande Salto à Frente” ou a Revolução Cultural – iriam manter o país em violenta luta política, só sendo estabilizado depois de 1978 com as Grandes Modernizações de Deng Siao-Ping.

Da mesma forma, em virtude da II Guerra Mundial – ou aproveitando-se das oportunidades aí surgidas –, vários países iniciaram um vigoroso processo de industrialização por substituição de importações, como foi o caso do Brasil e México.

Assim, o fato de os Estados Unidos representarem uma percentagem tão elevada da riqueza mundial, durante um longo período, não era um dado natural (uma base de contagem ou “Índice 100”, como tomam economistas e “políticos”) e, isso sim, uma situação absolutamente excepcional. A recuperação e restauração das economias afetadas pela guerra deveriam ser esperadas como um processo histórico normal. E, ao

3 - Ver sobre a situação da Europa: JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. São Paulo, Objetiva, 2008.

mesmo tempo, o índice de comparação deveria ser estabelecido antes da crise de 1929, com o conjunto das economias mundiais funcionando em sua normalidade. Qualquer outro procedimento é necessariamente "ahistórico" e promoverá análises que apontarão evidentemente para uma pretensa decadência americana.

Dever-se-ia esperar, é claro, que os velhos centros de poder buscassem recuperar suas posições anteriores à guerra de 1939-1945 e, mesmo, anterior à crise de 1929. E foi, efetivamente, o que ocorreu depois dos anos '50 do século XX.

A Europa não só trabalhou nessa direção, como ainda assumiu um projeto próprio de retorno ao cenário mundial como uma unidade econômica, cultural e institucional. Tratava-se de construir uma forma substituta, compensatória, da relativa perda de poder militar (não esqueçamos a capacidade europeia de ainda fazer a guerra, como na Crise de Suez, em 1956 ou na Guerra das Malvinas, em 1982) e da diminuição do seu caráter de poder mundial em virtude da perda dos impérios coloniais.

Tal processo de construção de uma identidade europeia irá se acelerar, particularmente, após a crise de Suez, de 1956, quando se tornarão nítidas as diferenças estratégicas entre a Europa e os Estados Unidos.⁴

A URSS, por sua vez, tornou-se, depois de 1949, um grande centro industrial, com capacidade de fornecer material sofisticado (máquinas/equipamentos, armas) à boa parte do planeta.

O término do colonialismo europeu permitiu, enfim, a ascensão dos chamados "países novos" ou emergentes, tais como a Indonésia, Malásia, Índia, Iran (uma semi-colônia), África do Sul (um domínio rebelde), Nigéria, Argélia, Egito. Enquanto isso, outros países avançavam em seus processos de industrialização, como o México, a Argentina e o Brasil. Todos estes se tornariam países

relevantes no cenário mundial, muitos assumindo como tarefa a construção de grandes plataformas industriais substitutas de importações, suportes indispensáveis de seus projetos nacionais autônomos.

Mesmo a China reencontrou, entre 1978 e 1989, seu ritmo de crescimento histórico. A surpresa, ou mesmo a perplexidade, de alguns economistas e "políticos" com o "fenômeno" chinês implica, tão somente, em desconhecimento histórico. Desde a antiguidade, a China apresentou um fantástico vigor econômico, organizando e construindo uma vasta rede econômica e política em toda a Ásia centro-oriental. Ao longo dos últimos três mil anos, a China concentrou, em rede, um vasto espaço geopolítico que se estendeu do Mar Amarelo e da Coreia até o Vale de Fergana, na Quirguísia contemporânea; da Mandchuria e Mongólia até o Vietnã, controlando o Tibet e o Turquemenistão (Xinjiang). Cada um destes pontos geográficos representava elos em uma larga rede de trocas polarizada sobre os grandes centros manufatureiros chineses. A força do poderio chinês sempre foi a mesma: dinamismo demográfico, capacidade organizativa, inovações tecnológicas e soft power cultural. A China sempre aceitou como "chinês" quem vivia como "chinês", centrando sua identidade nacional na cultura e não em características raciais. Estes mecanismos – após o eclipse provocado pelos imperialismos ocidentais entre 1849 e 1949 – permanecem como apanágio da civilização chinesa.⁵

Mesmo a Índia, que representava muito mais uma noção cultural do que política antes de 1947, era um poderoso centro manufatureiro nos séculos XVIII e XIX, tendo sua "ruralização" sido um subproduto, danoso e cruel, do domínio britânico no país.⁶ Foi a Grã-Bretanha que buscou a desindustrialização dos grandes centros manufatureiros indianos (visando à imposição dos tecidos ingleses) e substituiu

4 - HITCHCOCK, William. *The Struggle for Europe*. Londres, Doubleday, 2003

5 - HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Petrópolis, Paz e Terra, 1998.

6 - PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro, editora saga, 1965...

grandes plantações de alimentos pela monocultura do chá, ensejando a fome e o empobrecimento da velha civilização indiana.

Assim, no pós-1945, com a reconstrução do pós-guerra e o fim do colonialismo, o natural seria, evidentemente, um reequilíbrio econômico do planeta, com maior redistribuição da riqueza entre as grandes nações. Desta forma, o que se vê hoje não é, de maneira alguma, algo inusitado ou uma decadência da Europa e dos Estados Unidos (a segunda etapa do “Declínio do Ocidente”), mas a busca de um novo equilíbrio multipolar, muito mais de acordo com o curso da história. Nesta linha de trabalho, a hipótese central para o século XXI é a emergência de um mundo cada vez mais multipolar, com grandes centros alternativos de poder. Evidentemente não serão, todos eles, comparáveis e intercambiáveis. Assim foi com os reinos concorrentes da Era Helenística, entre 332 e 146 a. C.. Também foi assim na Europa durante a Pentarquia (Grã-Bretanha, França, Rússia czarista, Império Austro-Húngaro e a Alemanha Imperial) – entre 1815 e 1914 –, quando vários centros de poder, desiguais e concorrentes, buscavam manter-se como tais, confiantes em qualidades altamente diferenciadas.⁷

A hegemonia dos Estados Unidos, o unilateralismo e a avassaladora concentração de riqueza nesse país, entre 1945 e 1989, seria, isto sim, o fenômeno inusitado e desequilibrador da história das relações internacionais.

Havia a expectativa de sua elite, ou ao menos de parte da elite política, de converter-se em um império democrático e universal, agindo de forma unilateral e sem concorrentes depois do fim da Guerra Fria (1991). Entretanto, o impasse na Guerra do Iraque (2003) e o imenso esforço econômico feito sem grandes resultados mostraram-se, enfim,

ser este um sonho inalcançável.

Em uma obra recente, que desencadeou um frutuoso debate político e acadêmico, o historiador britânico Niall Ferguson propôs alguns critérios para a análise dos impérios ao longo da história.⁸ Para Ferguson, dever-se-ia ter em mente sempre as seguintes estruturas componentes do poder imperial:

1. Forma e exercício do poder político;
2. Formas e doutrinas das organizações militares;
3. A demografia;
4. As estruturas econômicas e de financiamento do projeto de poder;
5. As tensões entre centro e periferia e as noções de interior e exterior;
6. O papel das fronteiras, sua expansão e defesa;
7. O papel da inovação e da tecnologia na manutenção e/ou crise dos impérios;
8. Pensamento político, ideologia e/ou religião imperial;
9. Papel da administração pública e do corpo de funcionários;
10. As formas de crise, decadência ou colapso que levaram os impérios ao desaparecimento, estagnação ou regressão.

Ora, em cada um dessas estruturas encontramos, hoje, para o caso dos Estados Unidos, elementos de otimismo. Mesmo que haja uma crise financeira, ainda não temos dados para considerá-la, no momento, como uma crise geral da economia americana.

3- O DESTINO DOS IMPÉRIOS

A hegemonia da Europa sobre o planeta – a chamada “Era dos Impérios”, conforme Eric Hobsbawm – foi um fenômeno, em verdade, bastante curto em termos históricos. Entre a arrancada imperialista, por volta de 1880 (talvez marcada pelo Congresso de Berlim, de 1878) e o apogeu do processo de descolonização nos anos de 1960, decorreram-se menos de cem anos. Assim, apenas confirmava-se uma avaliação histórica de

7 - Niall Ferguson é britânico, nascido em 1964, professor da Universidade de Harvard. Autor de vários trabalhos relevantes em História Contemporânea e assíduo colaborador da Revista *Foreign Affairs*. É conselheiro da campanha do Senador John McCain.

8 - FERGUSON, Niall. *Empire*. Londres, Basic Books, 2002.

profunda sabedoria: toute empire périrá!⁹ Essa foi a duração máxima, para além de algumas relíquias imperiais, da grandeza imperial européia. Em face da duração de impérios civilizatórios anteriores (como o Império Romano, o Império Árabe, o Império Bizantino, o Império Chinês), a glória européia foi bastante breve.

O importante neste momento, para evitarmos o etnocentrismo típico de análises como a de Samuel Huntington, seria recolocar a Europa e os Estados Unidos no seu verdadeiro lugar na história. Os estudiosos do chamado “Subaltern Studies Group” desenvolveram um grande esforço para tornar claro que a Europa é apenas uma das “províncias” da história. É certo que esta pequena, rica e influente península da Eurásia desempenhou, nos últimos 150 anos, o papel de protagonista da história, mas não o único ou eterno ator deste drama. O mesmo aplicar-se-ia aos Estados Unidos: uma rica e poderosa ilha/continente, que, por cinquenta anos representou, ao lado da URSS, um papel central na história, inclusive como sucessor e herdeiro da Europa. Contudo, após os necessários ajustes – em curso sob nossos olhos, entre 1991/2001 – deverá assumir o seu papel natural de grande potência no conjunto do planeta: um dos pólos da riqueza e do dinamismo mundial. Poderoso, porém não único.

Neste sentido, é absolutamente natural que os Estados Unidos reconheçam sua natureza de potência entre potências, assumindo a necessidade de enfrentar um novo “mercado geopolítico”, onde terão que disputar um papel de liderança com outros centros de poder.¹⁰

O diagnóstico da “decadência” aplica-se, assim, de forma equivocada. Trata-se de mentes treinadas na Guerra Fria (1947-1991), quando não cabiam centros alternativos de

poder para além da Bipolaridade (EUA versus URSS). Ou algo ainda pior esconde-se por detrás de tais argumentos: a crença/vontade (na capacidade) de um só país ditar a ordem mundial. Para aquelas ou estes que pensam dessa forma, a concorrência geopolítica é perversa, atenta contra a natureza. Apenas reafirma-se aqui, por negativa, a vocação imperial dos Estados Unidos. Cabe, entretanto, destacar que a crescente condição multipolar no planeta como traço marcante da globalização é mesmo um produto desse fenômeno. Contudo, a emergência de centros alternativos de poder não implica, obrigatoriamente, em igualdade estratégica entre eles. Tal como nas ordens mundiais anteriores, haverá competição e crise, sem necessariamente impor-se a imperiosidade de ser igual, de igualar-se em poder militar ou econômico para ser um postulante ou desafiador na ordem mundial globalizada. Recursos econômicos, tecnologias específicas, fontes naturais de riquezas – tais como produção de alimentos, energia, água, matérias-primas estratégicas etc. –, bem como armamentos tópicos – entre eles balística de ponta, tecnologias assimétricas – serão importantes equalizadores de poder na globalização.

Outros elementos apontados como sinais evidentes de “decadência” dos Estados Unidos são obviamente conjunturais e poderão ser sanados com uma nova administração. O déficit duplo, por exemplo, não existia na Era Clinton, embora o presidente tivesse herdado uma economia caótica. A superação do “Bushnomics” – uma forma aguda de “Reagonomics” com ocorrência oportunística de gripe “(Alan)Grenzpanics” – poderá ocorrer numa gestão mais equilibrada da política fiscal, revertendo a irracionalidade de cortar impostos e aumentar gastos militares de forma inédita na história. Isso já foi feito, e poderá ser feito de novo.¹¹ Evidentemente uma “reequilíbrio” da política fiscal e orçamentária terá impacto sobre a moeda

9 - DUROSSELLE, J.-B. *Toute Empire Périrá*. Paris, PUF, 1982

10 - VON LOHAUSEN, *Jordis. Mut zur Macht. Denken in Kontinenten. Berg am See, Kurt Vowinkel, 1981.*

11 - EL PAIS. *Esta crisis es como la del 29... O va a ser peor?* 27/04/2008, p. 31 e ss..

americana, que poderá recuperar grande parte do seu “prestígio” enquanto reserva de valor para países e empresas em todo o mundo. Contudo, em face do dito anteriormente, não cabe ilusão de se ter no dólar a moeda única tal como funcionou nos últimos cinquenta anos. Ele acompanhará a tendência de um mundo multipolar, com a Europa e a China concorrendo para sua apreciação ou depreciação. De qualquer forma, o dólar sempre terá a seu favor o fato de o sistema comercial mundial, os grandes mercados de commodities (Texas/Lihgt, Brent, Bolsa de Chicago etc.), operar em dólar. Da mesma forma, os mais extensos sistemas de serviços – bancos, seguradoras, fundos – continuam operando, eles também, em dólar. O único sistema concorrente, o euro, terá certamente uma expansão crescente – principalmente em razão de possuir um poderoso sistema autônomo de serviços (tais como bolsas, bancos, seguradoras etc.), mas que, ainda assim, não substituirá o dólar facilmente. Para a maioria dos países, uma operação deste tipo representaria um imenso custo financeiro via câmbio.

O trauma no sistema financeiro mundial só viria caso a Grã-Bretanha adotasse o euro como moeda. Com seus sistemas de redes financeiras centrados na City e suas bolsas de mercadorias de tipo “coloniais” herdadas da época do Império (como centro da comercialização do café, cacau, óleos, fibras tropicais etc.), além do petróleo tipo Brent, o impacto seria imenso. Tal decisão acabaria por arrastar consigo economias como a da Austrália, Nova Zelândia, países escandinavos e boa parte da África pós-colonial. O trauma anti-dólar não se daria, conforme blogs anônimos da web, pela adesão da Venezuela ou do Iraque ao sistema euro. Para estes países, com o petróleo cotado em dólar e seus serviços pagos em dólar, seria uma sangria cambial sem precedentes. Na verdade, o futuro da relação dólar-euro depende largamente, como foi o caso do padrão-ouro, da posição da Grã-Bretanha.

Este passo, contudo, está longe de ser

tentado por Londres. Mais do que nunca a opção britânica – bem como a do Japão – dirige-se para uma aliança “atlântica” cada vez mais estreita. A adoção do euro levaria a velha Albion a “dissolver-se” na Europa comunitária, em especial em face do eixo econômico e financeiro concorrente representado por Paris/Frankfurt. Hoje, para os ingleses, a única opção de conservar sua identidade e suas redes de serviços (que representam importante fator de ganhos financeiros) é manter identidade própria e associada aos Estados Unidos, incluindo aí sua moeda.

4 AS TAREFAS DO NOVO PRESIDENTE DOSEUA?

A crise da política externa e de defesa dos Estados Unidos é, de fato, grave; porém não é inédita. Entre 1973 e 1975, no rastro da retirada humilhante do Vietnã – com suas cenas trágicas da queda de Saigon (e, em qualquer chave de análise, muitas vezes mais grave e dura do que a crise no Iraque atual) – falou-se também na “decadência americana”. Na ocasião as mídias mundiais não cansaram de noticiar a “decadência” do Império americano na esteira do fiasco no Sudeste Asiático. O filme homônimo (*Le Déclin de l'Empire Americain*, direção de Dennys Arcand, Canadá, 1986) e *Apocalypse Now* (de Francis Ford Coppola, 1979) serviram de roteiro para um império sem rumo e desmoralizado. Vários países do mundo, dependentes dos Estados Unidos para sua segurança, iniciaram processos desesperados de busca de meios próprios de defesa, incluindo aí a arma nuclear (foi o caso da África do Sul, Paquistão, Coréia do Sul e, em menor medida, Taiwan, que iniciam então sua corrida em direção às tecnologias nucleares). Ao mesmo tempo, uma paralisia industrial atingia o país, com a “toyotização” japonesa ditando as regras do que seria a nova sociedade (pós) industrial, centrada na gestão just in time.

Entretanto, tudo isso não passou de miragem.

A eleição de Jimmy Carter (1977-1981) colocou os Estados Unidos de volta na dianteira, saindo do atoleiro moral do Vietnã para novamente liderar o mundo na garantia da vigência dos chamados “direitos humanos”. Em seguida, com Ronald Reagan (1981-1989) a América alia liderança moral (luta contra o "Império do Mal", ou seja, a URSS) com retomada econômica e estratégica, acabando por vencer a Guerra Fria.

O Japão (e os tigres da Ásia em geral) ficaram para trás, no que passou a ser chamado de década perdida. Em suma, os Estados Unidos passam hoje – e já passaram antes – por profundas crises. Entretanto, conseguiram reverter a situação e dar conteúdo ao slogan propagandístico de Ronald Reagan: “America is Back!”. Não há nada que impeça uma repetição da recuperação política, financeira e, sobretudo, moral do país – mais uma vez o “soft power”.

As eleições presidenciais americanas de 2008 terão o mérito não usual de promover uma ampla correção de rumo para o país. Mesmo no atual período de definição dos candidatos, as chamadas eleições primárias, o sistema americano mostra sinais até então insuspeitos de dinamismo. Todos aqueles que, em face da eleição discutível de George Bush, em 2000, e da apatia de sua reeleição, em 2004, viram sinais de “decadência” do sistema institucional americano devem, no momento, rever suas análises. O vigor da disputa entre Hillary Clinton e Barak Obama explícita, em verdade, um sistema representativo complexo, mas vivo e reconhecido popularmente.

Em termos de estratégia nacional, poucas administrações tiveram este papel de correção de rumo no século XX. Talvez F.D. Roosevelt, ao enfrentar a Grande Depressão de 1929, inventando o capitalismo regulado do New Deal; L. B. Johnson, frente à imperiosidade de salvar o país da guerra civil e impondo um amplo programa de Direitos Civis de negros e mestiços e Jimmy Carter, ao descobrir a capacidade de condução moral dos Estados

Unidos contra um mundo hostil, sejam os melhores exemplos.

Barack Obama ou John McCain terão esta missão: recolocar os EUA num rumo de crescimento e segurança, relançando a sua liderança mundial.

No entanto, isto não poderá mais ser feito nos termos da Guerra Fria – sempre uma tentação presente das lideranças americanas, posto que seja difícil abandonar uma idéia que deu certo – ou do imediato pós-Guerra Fria. As condições são diferentes, outras. Os Estados Unidos, embora possam muito no mundo, não podem adequar o mundo aos seus interesses. Cabe, em verdade, adequar-se a um mundo cada vez mais mutante.¹²

5- OS EUA EM UM MUNDO EM MUDANÇA

Logo depois do fim da Guerra Fria, entre 1989 e 1991, Margareth Thatcher e Ronald Reagan falaram, com entusiasmo, em “aproveitar os dividendos da vitória”. Em verdade, não havia razão para não fazê-lo. Entretanto, não era o caso de imaginar que o mundo estaria inerte frente aos interesses anglo-americanos. O mesmo processo que liberara os Estados Unidos da chamada condição "Mútua Destruição Assegurada" (MAD), típica da Guerra Fria, também liberara os demais países dos seus laços antigos de lealdade ou de temor. No momento em que os Estados Unidos optaram por uma robusta política unilateral, muitos de seus aliados viram-se na obrigação estratégica de construir alternativas autônomas para os arroubos, em defesa e política externa, norte-americanos.¹³

A China Popular, por exemplo, soube aproveitar, melhor do que nenhuma outra potência, a nova liberdade estratégica. Livre do peso da ameaça soviética na sua fronteira norte-nordeste, pode voltar-se para o desenvolvimento econômico e forçar sua projeção de força estrategicamente em direção ao Mar Amarelo (Coréia e Japão) e ao Mar da

12 - SERFATY, Simon. *La Tentation Impériale*. Paris, O. Jacob, 2004.

13 - RITUERTO, Ricardo. *Bush provoca tensiones en la OTAN*. EL PAIS, 03/04/2008, p. 2.

China Meridional (Taiwan). Assim, o antigo inimigo soviético, agora a Rússia, tornar-se-ia um parceiro confiável, tanto do ponto de vista econômico (energia, máquinas, armas), quanto militar e de segurança (Acordo de Shanghai, de 2001, e acordo de manobras militares combinadas na Ásia do Pacífico, 2005). A relevância dos Estados Unidos se relativizava para a segurança da China Popular.¹⁴

A Europa, livre da ameaça do Exército Vermelho e do duelo dos mísseis Pershing e SS-20, pôde erguer uma vasta estrutura institucional que culminaria no euro e no Tratado de Lisboa de 2008. Fortalecida e identificando interesses próprios foi capaz, em 2003, de formar um forte eixo com o ex-inimigo russo (Paris+Berlim+Moscou), desafiando os Estados Unidos sobre o Iraque (e mesmo em torno da Questão Nuclear Iraniana e do tratamento da Questão Palestina). Em termos de riqueza, capacidade de inovação e em população rivaliza-se com os EUA e apresenta um projeto próprio de inserção mundial. Mesmo os aliados mais flexíveis, como Angela Merkel e Nicolas Sarkozy, não hesitaram em dizer não aos Estados Unidos na reunião de cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em Bucareste (2/4 de abril de 2008), quando se propôs a inclusão da Ucrânia e Geórgia no sistema de defesa atlântico, criando tensões desnecessárias com a Rússia.¹⁵

Até América Latina mudou. A tradicional dependência com relação aos Estados Unidos, expressa na tentativa de renovar a vigência da Doutrina Monroe (Projeto da ALCA, 1994), foi fortemente abalada. Depois da Guerra das Malvinas, em 1982, até o impensado e rude apoio (e na pior versão, na arquitetura americana) da ação preemptiva e agressiva da Colômbia contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) no Equador, em 2008, só avançou o descrédito dos Estados Unidos. A dependência tradicional foi

institucionalizada somente no âmbito do NAFTA, uma aliança por demais precoce, da qual o México já deu vários sinais de arrependimento e cansaço. Enquanto isso, a parte sul do continente (ou o continente sul-americano) assumiu claramente uma postura autônoma e crítica, inédita nos últimos duzentos anos da história comum das repúblicas americanas. A crise colombiana acelerou dois fenômenos inteiramente novos no hemisfério: de um lado, o conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA) mostrou-se, pela primeira vez, autônomo em face das pressões dos EUA, recusando-se a aceitar a tese norte-americana que acusava a Venezuela de “estado patrocinador do terrorismo”.¹⁶ Na mesma ocasião, o Presidente Lula, rejeitando a pressão norte-americana, declarou que “[...] as crises diplomáticas sul-americanas devem ser negociadas na própria região”. O alcance de tal afirmação – imediatamente acatada pela Venezuela, Argentina, Equador e Bolívia – é de grande proporção. Trata-se, claramente, de uma exclusão a priori dos Estados Unidos do cenário regional. Na prática, Lula da Silva, sem os efeitos pirotécnicos próprios do Comandante Chavez, revogou a Doutrina Monroe, velha de quase dois séculos. Ao mesmo tempo, visando a dar institucionalidade ao seu projeto de autonomia e integração regional (já explícito na ampliação do Mercosul e na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) – Conferência Regional de Brasília, em 23/24 de maio de 2008), o presidente Lula encarregou o Ministro da Defesa de negociar a criação de um conselho regional de defesa e segurança, sem a presença norte-americana.¹⁷ Emerge da crise prolongada entre a Venezuela e os Estados Unidos “[...] uma nova relação de forças na região, com um Brasil determinante das relações de forças na região”.¹⁸

14 - NATHAN, A. et GILLEY, B. *China's New Rulers*. Nova York, NYREV, 2002.

15 - IVANOV, Dragomir. *L'Europe divise*. DNEVNIK, Sofia (edição francesa), 17/04/2008, p. 6.

16 - MEDELLÍN TORRES, Pedro. *L'America Latina se emancipa*. CAMBIO, Bogotá, 10/04/2008.

17 - É importante distinguir a UNASUL do Conselho de Defesa Sul-Americano. No primeiro caso, a UNASUL, a resistência ao projeto brasileiro de integração advém do presidente Rafael Correa (Equador), vocalizando muito claramente os governos da Bolívia e da Venezuela, que gostariam de uma não mais ativista e política, e não só econômica. No caso do Conselho de Defesa Sul-Americano, a resistência parte do Chile e da Colômbia, países com cenários possíveis de guerra e altamente dependentes da aliança norte-americana. OLIVEIRA, Luísa et alii. *União Enfraquecida*. O GLOBO, 24/05/2008, p. 3.

18 - *Idem*, Op. Cit. P. 37.

Enfim é possível e provável que os Estados Unidos recuperem, na vigência de uma Administração Barack Obama – muito mais provável em realizar tal projeto – ou John McCain – hoje, mais capaz de vencer as eleições –, o seu cacife moral e sua estabilidade econômica e financeira. Contudo, para promover uma nova redistribuição de forças no plano internacional, deverão aceitar e se adequar às novas condições mundiais.

As administrações Bush (sênior, 1989-1993) e Clinton (1993-2001) buscaram simultaneamente “explorar a vitória”, no dizer de Thatcher/Reagan, e construir as bases da hegemonia futura depois de 1991. Ambos, governo republicano e democrata (ainda exercendo a sinergia de política externa oriunda da Guerra Fria), acreditavam na criação e uso de estruturas multinacionais como a melhor forma de garantir os interesses americanos na Nova Ordem Mundial. Assim, organismos como a OMC, FMI, Banco Mundial e a ONU, deveriam ser as bases de um império mundial, sem centro e sem tutela evidente. Tal programa, tipicamente clintoniano e baseado nas teorias da cooperação mundial (expressas sob a forma de governança mundial), não foi considerado suficiente por amplos setores da sociedade americana, interessados em um projeto verdadeiramente imperial.¹⁹ Desde 1994, com o grupo do New American Century (D. Rumsfeld, Dick Cheney, John Bolton e outros que seriam chamados de neoconservadores), expôs-se uma teoria de exploração à ultrance da vitória norte-americana na Guerra Fria. Assim – segundo estes policy-makers neocons –, a hegemonia norte-americana não se daria através de grandes organismos multilaterais, e

nem com o exercício discreto, ou relutante, do novo poder norte-americano. Defendia-se uma ação unilateral, armada e direta quando necessária, com alianças de ocasião – à la carte, diria Condoleeza Rice –, bem como o uso da preempção em lugar da dissuasão. Os resultados foram dramáticos, e já amplamente conhecidos: guerras sem perspectivas no Iraque e no Afeganistão; insegurança dos aliados tradicionais na Europa, Ásia e América Latina, incluindo aí a ausência de rumo da Aliança Atlântica.²⁰

Da mesma forma, a transformação do terrorismo em agenda quase única do mundo mostrar-se-ia ineficaz na garantia da hegemonia norte-americana.

Os demais estados reagiram devido à incerteza e à insegurança causadas pela imposição da nova política norte-americana. A Federação Russa entendeu a necessidade do seu rearmamento e de uma postura de força frente aos dos Estados Unidos, cada vez mais agressivo. O retorno da política de contenção (evidenciada na inclusão de países do chamado espaço pós-soviético na OTAN) e que se desdobra em verdadeiro roll-back, quando procura incluir a Ucrânia ou a Geórgia na esfera de influência americana, irrita e humilha os russos.²¹ A nova e sensível aliança Moscou/Beijing é a tradução mais espetacular da arrogância norte-americana (expressa na insistência em construir o escudo antimíssil em áreas limítrofes da Rússia) em desconsiderar os interesses e as questões de segurança fundamentais da nova Rússia.²²

6- A TEORIA DOS TRÊS MUNDOS

De qualquer forma, de ponta a ponta, a agenda de defesa e segurança dos Estados Unidos baseada na “guerra global contra o terrorismo mundial” foi recusada pelos países mais importantes do planeta. Caberão ao novo presidente dos Estados Unidos – tanto faz neste caso ser Obama ou McCain – tarefas urgentes de reorganização do grande país, com as seguintes complexas prioridades:

19 - NEGRI, Tony et HARDT, Michael. *Império*, Rio de Janeiro, Record, 2002.

20 - WERLY, Richard. *OTAN: L'impuissance américaine déstabilise les alliés*. *LES TEMPS*, Genebra, 15/04/2008, p. 35.

21 - Ver a entrevista de Serguei Lavrov, ministro russo das relações exteriores no *IZVESTIA: Des Reseaux d'alliances plus souples*, Moscou, edição francesa, 14/04/2008, p. 33.

22 - STENT, Angela. *Russia and Germany Reborn*. New Jersey, Princeton University Press, 1999. .

i A resolução da Guerra do Iraque, de forma a estancar a sangria de recursos humanos, econômicos e do prestígio dos Estados Unidos. Isso sem, contudo, oferecer uma vitória gratuita ao Irã e à Síria, prejudicar seriamente sua credibilidade com a Arábia Saudita, Turquia e Egito e descuidar da segurança de Israel;

ii. Reorganizar a economia americana, detendo a erosão do dólar reequilibrar a questão do déficit duplo e relançar a primazia norte-americana no mundo dos negócios e

iii. Reconstruir a liderança moral norte-americana no mundo.

Para alcançar tais objetivos urgentíssimos, os Estados Unidos deverão abandonar o unilateralismo/recurso de força como eixo de sua política externa e de defesa e voltar a uma percepção do mundo de forma multipolar. Para isso, seriam tarefas imediatas da nova administração norte-americana, seja ela republicana ou democrata, conforme a nova elite de estrategistas norte-americanos:

i. Reforçar e multiplicar mecanismos tais como Peace Corps, as trocas de estudantes e professores universitários; criar programas comuns de pesquisa e debates, em especial em países “abertos”, como Brasil e Índia; multiplicar os centros de ensino de inglês nos países emergentes e de formação de pessoal técnico estrangeiro nos Estados Unidos. Tudo isso poderia ser feito com o apoio financeiro de empresas americanas interessadas em securitizar suas posições no exterior;

ii. Abrir uma nova era de investimentos nos setores de infra-estrutura, comunicações e nos setores industriais norte-americanos, atraindo os investimentos oriundos do boom do petróleo e da nova riqueza asiática e criando vastos laços de dependência em relação à economia norte-americana, o que alavancaria novamente o dólar; e

iii. Criar um fórum específico dos três

grandes, um G-3 estratégico com a Europa e China Popular, aceitando regras multipolares.

Tais objetivos devem partir do reconhecimento de uma nova geopolítica, decorrente do fim da Guerra Fria, mas autônoma em relação aos sonhos de grandeza unilaterais promovidos por setores radicais norte-americanos depois de 1991. Muitos especialistas no Departamento de Estado, no Pentágono e nos diversos think tanks americanos trabalham hoje neste sentido, considerando a Era Bush - tanto nos seus aspectos estratégicos, quanto econômicos – já finda. É este o caso da New America Foundation, para quem o mundo vive hoje num novo “mercado geopolítico”, onde tanto as teses do tempo da Guerra Fria quanto aquelas oriundas de sua superação nos anos ’90 não podem e não conseguem dar conta da nova realidade.

Para um de seus expoentes, Parag Khana, esta nova situação estratégica pode ser expressa numa imagem bastante rica: “[...] na rede da globalização existem hoje três aranhas”²³.

As três grandes aranhas da globalização, capazes de estender suas teias através do mundo, são os Estados Unidos, a Europa comunitária e a China Popular. Cada um destes centros de poder possui capacidade hoje – e somente eles, nenhum outro centro de poder – para organizar em termos globais redes de fluxos econômicos, financeiros, tecnológicos e, naturalmente, de poder.

Além disso, estes seriam os únicos centros de poder capazes de desenvolver um modelo próprio de organização do futuro. Estes modelos de futuro seriam altamente

23 - KHANNA, Parag. *The Second World. Empires and influence in the New Global Order*. Nova York, Randon House, 2008.

competitivos entre si e serviriam de modelagem para os países que formariam, ao redor destes três centros, o chamado “Segundo Mundo”. Este seria composto por importantes países, de relevante e decisivo papel na Ordem Mundial, tais como: a Rússia, Brasil, Índia, Indonésia, Nigéria, África do Sul, Vietnã e Malásia (e mais alguns poucos, muito poucos).²⁴ Os modelos propostos seriam bastante diferenciados:

i. A “aranha” 1: Os Estados Unidos. Centro de elaboração do capitalismo liberal, altamente gerencial, baseado largamente na inovação e nos novos métodos de organização da empresa e do trabalho. Manter-se-iam como modelo da democracia partidária, de executivo forte e partidarismo controlado. Exerceriam imenso poder de captura sobre a Grã-Bretanha e o Japão – estrategicamente desprotegidos –, organizando as vastas áreas econômicas do NAFTA, Caribe e América Central. Disputariam espaço na África, Oriente Médio e Ásia Oriental com os demais centros de poder;

ii. A “aranha” 2: A Europa comunitária. Espaço econômico rico e inovador, modelo de capitalismo administrado, com ênfase em altos padrões de bem-estar social. Seu modelo político, tanto em nível nacional quanto em nível comunitário, seria o parlamentarismo multipartidário, centrado numa noção de Estado cooperativista e negociador. Não busca um executivo forte e sua atratividade para o “Segundo Mundo” reside aí mesmo. Exerceria marcada influência sobre as regiões em que o Estado foi fonte de crises e distúrbios, com a presença de forte diversidade étnica e cultural, como o Oriente Médio, Mediterrâneo e a África Negra (onde converterão a herança colonial num sistema de cooperação

internacional). Exercerão um papel mediador nas relações com os dois demais centros de poder, os Estados Unidos e a China Popular. Ao mesmo tempo, manterão relações intensas e simbióticas com o “Segundo Mundo”, em especial a Rússia e seu espaço estratégico e a América do Sul integrada;

iii. A “aranha” 3: A China Popular. Serviria de modelo alternativo à Europa e Estados Unidos para os países em rápido crescimento, acentuando as possibilidades de liberalismo econômico e autoritarismo político, comprovando que o modelo liberal norte-americano ou cooperativista europeu não são únicos. Organizaria a Ásia Oriental, mediante a transformação da East Asian Community numa área de livre comércio, transformando o “Triângulo do Pacífico” (China/Japão/Australásia) no mais rico eixo econômico do mundo. Associar-se-ia com o Paquistão e, de posse de Gwandar, porto do Mar da Arábia, disputaria com os demais poderes a primazia no Oriente Médio e África.

Os outros países emergentes, mesmo no interior do BRIC, não terão chance, nos próximos 25 anos, de se incorporarem às redes globais enquanto aranhas. Ainda não é chegado o momento. Tudo dependerá das próximas duas décadas. Contudo, Rússia, Brasil, Índia, Indonésia e os demais componentes do “Segundo Mundo” serão os países-chaves do equilíbrio mundial. As alianças, ou mediações, que exercerem entre os três grandes centros de poder acabarão por definir a hegemonia mundial. As oportunidades de mudança de patamar geopolítico são grandes para estas grandes nações, dependendo: do equilíbrio institucional interno (forte no Brasil e Índia;

24 - A ascensão de alguns desses países a uma posição de relevo nos próximos 25/30 anos dependerá largamente de sua capacidade de resolução de crises institucionais, encerrando a busca de modelos políticos de convivência e de tolerância. Este é o caso, por exemplo, da Nigéria (com cerca de 139 milhões de habitantes é o país mais populoso da África, com vastas fontes de recursos naturais, incluindo aí o petróleo, do qual é o maior produtor na África; PIB de 300 bilhões de dólares e um crescimento médio em torno de 7%) e da África do Sul. Ambas as nações são ricas em recursos naturais, possuem ampla e engenhosa população e uma clara vocação em tornarem-se potências regionais (a África do Sul, na África Austral e a Nigéria na África Centro-Occidental). Outros países, como a Indonésia, são grandes referências no seu entorno geoestratégico, padecendo, entretanto, do mesmo mal de insegurança e instabilidade institucional.

em construção na Rússia; fraco, na Indonésia); do desenvolvimento tecnológico e da capacidade de inovação (forte na Rússia e Índia; em construção, no Brasil; fraco, na Indonésia); e do soft power, capaz de evitar o isolamento político e estratégico (forte no Brasil e Índia; em construção na Indonésia; fraco, na Rússia). Assim, Brasil, Rússia e Índia, por seu peso econômico, demográfico e pelo desenvolvimento de tecnologias específicas – incluindo aí tecnologias verdes – terão um papel central no novo alinhamento multipolar do mundo.

Quanto às demais nações do planeta, tanto na África quanto na Ásia, não terão chances maiores de autonomia estratégica ou de emanciparem-se do sistema de redes desenhado pelas três grandes potências da nova era, constituindo-se num novo e triste “Terceiro Mundo”. Somente os países pobres colocados no interior de sistemas de redes alternativas, como a Nova América do Sul Integrada, poderão gozar de capacidade de desenvolvimento de suas populações de forma relativamente autônoma e justa. A incapacidade dos jovens países africanos em organizar sistemas autônomos de entrada na rede global – mesmo sob a liderança dos novos poderes emergentes como a África do Sul, Angola e Nigéria – acarretará a inclusão dos mesmos em algum dos sistemas centrais, transformando a África em palco central das disputas de poder na primeira metade do século XXI. Aí, a Europa, os Estados Unidos e a China Popular exercerão múltiplas formas de pressão, visando a trazer, para sua área de influência, os recursos existentes no continente. Algumas lideranças de visão, inspiradas no sistema autônomo sul-americano, tentarão buscar formas de integração e cooperação, que serão sabotadas pelas grandes “aranhas” e pelas rivalidades entre Pretória, Lagos e Luanda.

A rivalidade intensa entre os três grandes poderá, contudo, resultar no aumento do poder

de barganha e da autonomia dos centros capacitados. Assim, o Brasil, a Rússia e a Índia deverão desenvolver, ao máximo, formas complementares e cooperativas com os três grandes centros de poder e, principalmente, entre si mesmos.

Somente a percepção destas novas condições, com tranqüilidade e alguma sabedoria, evitará que os Estados Unidos se envolvam em sucessivas guerras imperiais para a manutenção de uma hegemonia global incapaz de ser racionalmente sustentada. A percepção desta nova arquitetura mundial é chave para a manutenção da América como uma grande potência global. Ao lado das demais aranhas.